

**PARTICIPAR  
PARTICIPAR  
PARTICIPAR  
DECIDIR  
DECIDIR  
DECIDIR**

**é tempo  
de participar  
e decidir**

**spn**  
INFORMAÇÃO

## Três eixos fundamentais para ultrapassar o bloqueio do país

### 1. Assegurar que o Estado cumpra as suas obrigações

A CGTP considera necessária uma estratégia baseada nos seguintes princípios:

- Renegociar a dívida, conciliando a redução do défice público com a salvaguarda do crescimento económico, evitando rupturas sociais.
- Abrir caminhos novos para a obtenção de recursos financeiros, desde logo, colocando os que se têm apoderado da riqueza colectiva a pagar o que devem pagar e adoptando medidas fiscais e outras de mais justiça social.
- Defender as funções sociais do Estado e assegurar políticas de coesão social.

#### A CGTP defende:

- um horizonte alargado para a redução da dívida pública;
- uma taxa de juro baixa no que respeita à intervenção externa;
- um programa de redução do défice público centrado na receita, sem deixar de atacar a despesa desnecessária e o desperdício;
- a redução da dívida pública por via do apoio ao crescimento e da redução gradual do défice público.

### 2. Assegurar o desenvolvimento do país sem comprometer o futuro

A CGTP considera necessária uma estratégia baseada nos seguintes princípios:

- Não alienar instrumentos de política económica, para que Portugal possa crescer com margem de manobra nas políticas económicas.
- Apoiar o desenvolvimento do país, rompendo com as lógicas que levaram à estagnação económica (que dura há uma década) e ao agravamento do desequilíbrio externo.

A CGTP defende:

- a definição e aplicação de um programa nacional de apoio ao desenvolvimento do sector produtivo, o qual deve incidir nos sectores primários, na indústria e, em especial, nos bens e serviços transaccionáveis;
- o financiamento do investimento, conferindo à Caixa Geral de Depósitos um papel fundamental;
- a realização de verdadeiras reformas de carácter estrutural, que não devem ser confundidas com medidas de liberalização económica e de desregulamentação do mercado de trabalho;

### 3. Assegurar as condições sociais e económicas da população, em particular dos mais desfavorecidos

A CGTP considera necessária uma estratégia baseada nos seguintes princípios:

- Impedir rupturas sociais, com intervenção imediata quer no domínio das finanças públicas, quer no das políticas sociais, garantindo a universalidade do acesso aos direitos sociais fundamentais.
- Garantir a procura interna, por via da não penalização do consumo dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas e das populações com menores rendimentos.

A CGTP defende:

- a melhoria do poder de compra dos salários, das pensões e das prestações sociais, rejeitando qualquer tipo de reduções, e a reposição de algumas medidas de protecção social;
- apoios efectivos ao emprego e a recentração das políticas de formação e qualificação para sustentar o programa de desenvolvimento;
- o alargamento da cobertura das prestações de desemprego;
- a actualização imediata do salário mínimo nacional para 500 euros;
- a revitalização e efectividade da contratação colectiva;
- o combate eficaz à precariedade, reconstruindo solidariedades entre as diversas gerações de trabalhadores.

Finalmente, a CGTP exige, de todos os órgãos de soberania, **informação clara e rigorosa** sobre a situação do país e sobre as decisões e compromissos políticos que vão sendo esboçados, **transparência** no tratamento dos processos e **diálogo social e político sério** com todas as forças políticas e sociais, designadamente com os sindicatos, comprometendo-se a mobilizar a população para a exigência de políticas efectivamente alternativas.

# VOTAR é um direito e um dever

Escrevo no dia em que a Comissão Europeia deu o seu aval ao programa de assistência financeira a Portugal e a três semanas das eleições legislativas, em que se espera que nos pronunciemos não sobre o que queremos para o nosso país, mas sobre quem preferimos que aplique as políticas que a *troika* BCE-CE-FMI decidiu por nós – estranho conceito, este, de democracia e de soberania nacional.

As condições que a *troika* colocou para a concessão do empréstimo terão consequências dramáticas para o povo português. Levarão ao aumento do custo de vida, ao congelamento/redução de salários e pensões, ao agravamento do desemprego e da pobreza, à diminuição da protecção social, a maiores cortes no financiamento de serviços públicos essenciais (incluindo a Educação), representando uma regressão social e civilizacional a vários níveis. A CGTP-IN convocou para 19 de Maio uma grande jornada de luta, com manifestações em Lisboa e no Porto, para dar voz ao protesto contra essas medidas e à exigência de alternativas que consubstanciem uma mudança de rumo nas políticas económicas e sociais. O tempo não é de resignação e silêncio, mas de contestação e resistência.

No período pré-eleitoral, a Fenprof vai intervir, mais uma vez, junto dos partidos candidatos às eleições, no sentido de que clarifiquem as suas posições relativamente a um conjunto de questões que consideramos prioritárias. Pensando na Escola e no decisivo papel que cabe à Educação no desenho do nosso futuro colectivo, a Federação questionou os partidos sobre várias matérias, como a avaliação do desempenho, os horários de trabalho, a gestão das escolas, o emprego, a relação público/privado, as condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória, entre outras. As respostas serão oportunamente divulgadas junto dos professores.

Uma das questões colocadas tem a ver com o reordenamento da rede escolar, temática central do colóquio que o SPN realizou no dia 3 de Maio. As políticas educativas desenvolvidas nos últimos anos estão a acabar com o conceito de escola tal como o conhecíamos e a substituí-lo pelos de unidade orgânica e agrupamento. Face aos numerosos problemas que esta solução organizativa levanta, é importante que os partidos concorrentes às próximas eleições legislativas clarifiquem se pretendem continuar este caminho ou se, pelo contrário, o irão inverter e apostar de novo na humanização dos espaços escolares e na criação de reais condições para que a dimensão pedagógica presida a todas as actividades que as escolas são chamadas a realizar.



**Manuela Mendonça**  
coordenadora do SPN

Última nota, sobre outro acto eleitoral. O SPN vai eleger, no dia 26 de Maio, os Corpos Gerentes para o triénio 2011/2014. À semelhança do que aconteceu nas duas eleições anteriores, concorrem duas listas.

Fica o apelo para que, em primeiro lugar, todos os sócios se envolvam empenhadamente neste processo, não deixando de participar activamente também na votação, e, em segundo lugar, para que a campanha eleitoral decorra com civismo e promova um debate vivo e clarificador dos projectos em presença, para que o SPN saia reforçado como a força e a vontade dos educadores e professores do Norte – reforço tão mais importante quanto são difíceis são os tempos que atravessamos.



Manifesto dos Economistas Aterrados

# **A crise e a dívida: 10 falsas evidências 22 medidas para sair do impasse**

*O Manifesto dos Economistas Aterrados começou a circular em França, em Setembro de 2010, tendo como primeiros subscritores Philippe Askenazy (CNRS, PSE), Thomas Coutrot (ATTAC), André Orléan (CNRS, EHESS), Henri Sterdyniak (OFCE) – actualmente, os signatários do documento são mais de 3500. Aterrados com a submissão das políticas europeias à ortodoxia neoliberal, os quatro economistas tomaram a iniciativa de denunciar publicamente o que consideram ser as 10 falsas evidências com que as instâncias políticas da União Europeia, e respectivos governos nacionais, justificam essas políticas, e de colocar em debate 22 medidas alternativas de combate à crise. Inicialmente dirigido a economistas, o manifesto revela-se de extrema importância para qualquer cidadão que pretenda sacudir dos olhos a poeira com que, diariamente, políticos e fazedores de opinião querem fazer crer que não há caminho senão o que é imposto pelo FMI, pelo BCE e pelos tubarões da Comissão Europeia. Para os signatários do manifesto, há – e, em última análise, deverá passar pela refundação da União Europeia.*

[...] Enquanto economistas, aterroriza-nos constatar que estas políticas [redução da despesa pública, privatização dos serviços públicos, flexibilização do mercado de trabalho, liberalização do comércio, dos serviços financeiros e dos mercados de capital] continuam a estar na ordem do dia e que os seus fundamentos teóricos não sejam postos em causa. Mas os factos trataram de questionar os argumentos utilizados desde há 30 anos para orientar as opções das políticas económicas europeias. A crise pôs a nu o carácter dogmático e infundado da maioria das supostas evidências, repetidas até à saciedade por aqueles que decidem e pelos seus conselheiros. É imperioso questionar essas falsas evidências e mostrar a pluralidade de opções possíveis em matéria de política económica.

Procedemos a uma apresentação crítica de dez postulados que continuam a inspirar as decisões dos poderes públicos em toda a Europa, apesar dos lancinantes desmentidos que a crise financeira e as suas consequências nos revelam, perante as quais expomos 22 contrapropostas para debate. Cada uma delas não reúne necessariamente a concordância unânime dos signatários, mas deverão ser levadas a sério, caso se pretenda resgatar a Europa do impasse em que neste momento se encontra.

O principal erro da teoria consiste em transpor para os produtos financeiros a teoria usualmente aplicada aos mercados de bens correntes. Nestes últimos, a concorrência é em parte auto-regulada, em virtude do que se chama a “lei” da oferta e da procura: quando o preço de um bem aumenta, os produtores aumentam a sua oferta e os compradores reduzem a procura; o preço baixa e regressa, portanto, ao seu nível de equilíbrio. Por outras palavras, quando o preço de um bem aumenta, existem forças de retracção que tendem a inverter essa subida. A concorrência produz aquilo a que se chama “feedbacks negativos”, forças de retracção que vão em sentido contrário ao da dinâmica inicial. A ideia da eficiência nasce de uma transposição directa deste mecanismo para o mercado financeiro.

[No caso dos produtos financeiros] a situação é muito diferente. Quando o preço aumenta é frequente constatar não uma descida, mas um aumento da procura! De facto, a subida de preço significa uma rentabilidade maior para aqueles que possuem o título, em virtude das mais-valias que auferem. A subida de preço atrai portanto novos compradores, o que reforça ainda mais a subida inicial. As promessas de bónus incentivam os que efectuam as transacções a ampliar ainda mais o movimento. Até ao acidente, imprevisível mas inevitável, que provoca a inversão das expectativas e o colapso. Este fenómeno é um processo de “feedbacks positivos” que agrava os desequilíbrios. É a bolha especulativa: uma subida acumulada dos preços que se alimenta a si própria. Deste tipo de processo não resultam preços justos, mas, pelo contrário, preços inadequados.

**O lugar preponderante que os mercados financeiros ocupam não pode, portanto, conduzir a eficácia alguma. Mais do que isso, é uma fonte permanente de instabilidade, como demonstra de forma clara a série ininterrupta de bolhas que temos vindo a conhecer desde há 20 anos [...].**

Para reduzir a ineficiência e instabilidade dos mercados financeiros, colocamos em debate quatro medidas:

- Limitar, de forma muito estrita, os mercados financeiros e as actividades dos actores financeiros, proibindo os bancos de especular por conta própria, evitando assim a propagação das bolhas e dos colapsos.
- Reduzir a liquidez e a especulação destabilizadora através do controle dos movimentos de capitais e de taxas sobre as transacções financeiras.
- Limitar as transacções financeiras às necessidades da economia real; por exemplo, CDS (credit default swap) unicamente para quem possua títulos segurados.
- Estabelecer tectos para as remunerações dos operadores de transacções financeiras.

## 1. Mercados financeiros são eficientes

Existe hoje um facto que se impõe a todos os observadores: o papel primordial que desempenham os mercados financeiros no funcionamento da economia. [...]

A crise, porém, encarregou-se de demonstrar que os mercados não são eficientes e que não asseguram uma afectação eficaz do capital. [...]

Esta é a ideia central da teoria [da eficiência]: a concorrência financeira estabelece preços justos, que constituem sinais fiáveis para os investidores, orientando eficazmente o crescimento económico. Mas a crise veio justamente confirmar o resultado de diversos trabalhos científicos que puseram esta proposição em causa. A concorrência financeira não estabelece, necessariamente, preços justos. Pior: a concorrência financeira é, frequentemente, destabilizadora e conduz a evoluções de preços excessivas e irracionais, as chamadas bolhas financeiras.

## 2. Mercados financeiros favorecem o crescimento económico

A integração financeira conduziu o poder da finança ao seu zénite, na medida em que ela unifica e centraliza a propriedade capitalista à escala mundial. Daí em diante, é ela quem determina as normas de rentabilidade exigidas ao conjunto dos capitais. O projecto consistia em substituir o financiamento bancário dos investidores pelo financiamento através dos mercados de capitais. Projecto que fracassou porque hoje, globalmente, são as empresas quem financia os accionistas, em vez de suceder o contrário. [...] **E desapareceu, assim, a ideia de um interesse comum inerente às diferentes partes vinculadas à empresa. Os dirigentes das empresas cotadas em Bolsa passaram a ter como missão primordial satisfazer o desejo de enriquecimento dos accionistas. Por isso, eles mesmos deixaram de ser assalariados, como denota o galopante aumento das suas remunerações. De acordo com a teoria da "agência", trata-se de proceder de modo a que os interesses dos dirigentes estejam alinhados com os interesses dos accionistas.**

Um ROE (Return on Equity ou rendimento dos capitais próprios) de 15% a 25% passa a constituir a norma que impõe o poder da finança às empresas e aos assalariados e a liquidez é doravante o seu instrumento, permitindo aos capitais não satisfeitos, a qualquer momento, irem procurar rendimentos noutra parte. Face a este poder, tanto os assalariados como a soberania política ficam, pelo seu fraccionamento, em condição de inferioridade. Esta situação desequilibrada conduz a exigências de lucros irrazoáveis, na medida em que reprimem o crescimento económico e conduzem a um aumento contínuo das desigualdades salariais. Por um lado, as exigências de lucro inibem fortemente o investimento: quanto mais elevada for a rentabilidade exigida, mais difícil se torna encontrar projectos com uma performance suficientemente eficiente para a satisfazer. [...] Por outro lado, estas exigências provocam uma constante pressão para a redução dos salários e do poder de compra, o que não favorece a procura. A desaceleração simultânea do investimento e do consumo conduz a um crescimento débil e a um desemprego endémico.

Para superar os efeitos negativos dos mercados financeiros sobre a actividade económica, colocamos em debate três medidas:

- Reforçar significativamente os contra-poderes nas empresas, de modo a obrigar os dirigentes a terem em conta os interesses do conjunto das partes envolvidas.
- Aumentar fortemente os impostos sobre os salários muito elevados, de modo a dissuadir a corrida a rendimentos insustentáveis.
- Reduzir a dependência das empresas em relação aos mercados financeiros, incrementando uma política pública de crédito (taxas preferenciais para as actividades prioritárias no plano social e ambiental).

## 3. Mercados são bons juizes do grau de solvência dos Estados

Segundo os defensores da eficiência dos mercados financeiros, os operadores de mercado teriam em conta a situação objectiva das finanças públicas para avaliar o risco de subscrever um empréstimo ao Estado. Tomemos o exemplo da dívida grega: os operadores financeiros, e todos quantos tomam as decisões, recorreram unicamente às avaliações financeiras para ajuizar sobre a situação. Assim, quando a taxa exigida à Grécia ascendeu a mais de 10%, cada um deduziu que o risco de incumprimento de pagamento estaria próximo: se os investidores exigem tamanho prémio de risco é porque o perigo é extremo.

Mas há nisto um profundo erro, quando compreendemos a verdadeira natureza das avaliações feitas pelo mercado financeiro. Como não é eficiente, o mais provável é que apresente preços completamente desconectados dos fundamentos económicos. [...] Atribuir um valor a um título financeiro não é uma operação comparável a medir uma proporção objectiva, como por exemplo calcular o peso de um objecto. Um título financeiro é um direito sobre rendimentos futuros: para o avaliar é necessário prever o que será o futuro. É uma questão de valoração, não uma tarefa objectiva, porque no instante  $t$  o futuro não se encontra de nenhum modo predeterminado. Nas salas de mercado, as coisas são o que os operadores imaginam que venham a ser. O preço de um activo financeiro resulta de uma avaliação, de uma crença, de uma aposta no futuro [...].

A avaliação financeira não é, sobretudo, neutra: ela afecta o objecto que é medido, compromete e constrói um futuro que imagina. Deste modo, **as agências de notação financeira contribuem largamente para determinar as taxas de juro nos mercados obrigacionistas, atribuindo classificações carregadas de grande subjectividade, contaminadas pela vontade de alimentar a instabilidade, fonte de lucros especulativos.** Quando baixam a notação de um Estado, as agências aumentam a taxa de juro exigida pelos actores financeiros para adquirir os títulos da dívida pública desse Estado e ampliam, assim, o risco de colapso que elas mesmas tinham anunciado.

Para reduzir a influência da psicologia dos mercados no financiamento dos Estados, colocamos em debate duas medidas:

- As agências de notação financeira não devem estar autorizadas a influenciar de forma arbitrária as taxas de juro dos mercados de dívida pública, baixando a notação de um Estado – a sua actividade deve ser regulamentada, exigindo-se que essa classificação resulte de um cálculo económico transparente.

#### 4. Subida espectacular das dívidas públicas resulta de um excesso de despesas

Michel Pébereau, um dos “padrinhos” da banca francesa, descrevia em 2005 uma França asfixiada pela dívida pública e que sacrificava as suas gerações futuras ao entregar-se a gastos sociais irreflectidos. O Estado endividava-se como um pai de família alcoólico, que bebe acima das suas posses – é esta a visão que a maioria dos editorialistas costuma propagar.

A explosão recente da dívida pública na Europa e no mundo deve-se porém a outra coisa: aos planos de salvamento do sector financeiro e, sobretudo, à recessão provocada pela crise bancária e financeira que começou em 2008 – o défice público médio na Zona Euro era apenas de 0,6% do PIB em 2007, mas a crise fez com que passasse para 7% em 2010. Ao mesmo tempo, a dívida pública passou de 66% para 84% do PIB.

Contudo, o aumento da dívida pública foi inicialmente moderado e antecedeu esta recessão: provém, em larga medida, não de uma tendência para a subida das despesas públicas (dado que, pelo contrário, desde o início da década de 90, estas se encontravam estáveis ou em declínio na União Europeia, em proporção do PIB), mas à quebra das receitas públicas, decorrente da debilidade do crescimento económico nesse período e da contra-revolução fiscal que a maioria dos governos levou a cabo nos últimos 25 anos. A longo prazo, a contra-revolução fiscal alimentou continuamente a dilatação da dívida, de recessão em recessão. [...] Perante a ausência de uma harmonização fiscal, os Estados europeus dedicaram-se livremente à concorrência fiscal, baixando os impostos sobre as empresas, os salários mais elevados e o património. **Mesmo que o peso relativo dos factores determinantes varie de país para país, a subida quase generalizada dos défices públicos e dos rácios de dívida pública na Europa, ao longo dos últimos 30 anos, não resulta fundamentalmente de uma deriva danosa das despesas públicas.** Para instaurar um debate público informado acerca da origem da dívida e dos meios de a superar, colocamos em debate uma proposta:

- Efectuar uma auditoria pública das dívidas soberanas, de modo a determinar a sua origem e a conhecer a identidade dos principais detentores de títulos de dívida e os respectivos montantes que possuem.

#### 5. É preciso reduzir as despesas para diminuir a dívida pública

[...] A dinâmica da dívida depende de vários factores: do nível dos défices primários, mas também da diferença entre a taxa de juro e a taxa de crescimento nominal da economia.

Ora, se o crescimento da economia for mais débil do que a taxa de juro, a dívida cresce mecanicamente devido ao efeito “bola de neve”: o montante dos juros dispara, o mesmo sucedendo com o défice total (que inclui os juros da dívida). Foi assim que, no início da década de 90, a política do franco forte [...] se traduziu numa taxa de juro durante muito tempo mais elevada do que a taxa de crescimento, o que explica a subida abrupta da dívida pública em França neste período. Trata-se do mesmo mecanismo que permite compreender o aumento da dívida durante a primeira metade da década de 80, sob o impacto da revolução neoliberal e da política de taxas de juro elevadas, conduzida por Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

Mas a própria taxa de crescimento da economia não é independente da despesa pública: no curto prazo, a existência de despesas públicas estáveis limita a magnitude das recessões (“estabilizadores automáticos”); no longo prazo, os investimentos e as despesas públicas (educação, saúde, investigação, infra-estruturas...) estimulam o crescimento. **É falso afirmar que todo o défice público aumenta necessariamente a dívida pública, ou que qualquer redução do défice permite reduzir a dívida. Se a redução dos défices compromete a actividade económica, a dívida aumentará ainda mais.**

Os comentadores liberais sublinham que alguns países (Canadá, Suécia, Israel) efectuaram ajustes brutais nas suas contas públicas nos anos 90 e conheceram, de imediato, um forte salto no crescimento. Mas isso só é possível se o ajustamento se aplicar a um país isolado, que adquire novamente competitividade face aos seus concorrentes. Evidentemente, os partidários do ajustamento estrutural europeu esquecem-se que os países têm como principais clientes e concorrentes os outros países europeus, já que a União Europeia está globalmente pouco aberta ao exterior. Uma redução simultânea e em massa das despesas públicas, no conjunto dos países da UE, apenas pode ter como consequência uma recessão agravada e, portanto, uma nova subida da dívida pública. Para evitar que o restabelecimento das finanças públicas provoque um desastre social e político, colocamos em debate duas medidas:

- Manter os níveis de protecção social e, inclusivamente, reforçá-los (subsídio de desemprego, habitação...).
- Aumentar o esforço orçamental em matéria de educação, investigação e investimento na reconversão ecológica e ambiental, tendo em vista estabelecer condições de um crescimento sustentável, capaz de permitir uma forte descida do desemprego.



## 6. Dívida pública transfere o custo dos nossos excessos para os nossos netos

A afirmação de que a dívida pública constitui uma transferência de riqueza que prejudica as gerações futuras é outra afirmação falaciosa, que confunde economia doméstica com macroeconomia. A dívida pública é um mecanismo de transferência de riqueza, mas é-o sobretudo dos contribuintes comuns para os rentistas.

De facto, baseando-se na crença, raramente comprovada, de que a redução dos impostos estimula o crescimento e aumenta, posteriormente, as receitas públicas, os Estados europeus têm vindo a imitar os Estados Unidos desde 1980, adoptando uma política sistemática de redução da carga fiscal. Multiplicaram-se as reduções de impostos e das contribuições para a Segurança Social (sobre os lucros das sociedades, sobre os rendimentos dos particulares mais favorecidos, sobre o património e sobre as cotizações patronais), mas o seu impacto no crescimento económico continua a ser muito incerto. As políticas fiscais anti-redistributivas agravaram, por sua vez, e de forma acumulada, as desigualdades sociais e os défices públicos.

Estas políticas de redução fiscal obrigaram as administrações públicas a endividar-se junto dos agregados familiares favorecidos, através dos mercados financeiros, de modo a financiar os défices gerados. É o que se poderia chamar de "efeito jackpot": **com o dinheiro poupado nos seus impostos, os ricos puderam adquirir títulos (portadores de juros) da dívida pública, emitida para financiar os défices públicos provocados pelas reduções de impostos... Mas esta jogada é ainda mais brilhante, pelo facto de ter conseguido convencer a opinião pública de que os culpados da dívida eram os funcionários, os reformados e os doentes.**

O aumento da dívida pública na Europa ou nos Estados Unidos não é, portanto, o resultado de políticas keynesianas expansionistas ou de políticas sociais dispendiosas, mas de uma política que favorece as camadas sociais privilegiadas: as "despesas fiscais" (descida de impostos e de contribuições) aumentaram os rendimentos disponíveis daqueles que menos necessitam, daqueles que desse modo puderam aumentar ainda mais os seus investimentos, sobretudo em títulos do Tesouro remunerados em juros pelos impostos pagos por todos os contribuintes. Em suma, estabeleceu-se um mecanismo de redistribuição invertido (das classes populares para as mais favorecidas), através da dívida pública, cuja contrapartida é sempre o rendimento privado.

Para corrigir de forma equitativa as finanças públicas, colocamos em debate duas medidas:

- Atribuir de novo um carácter fortemente redistributivo à fiscalidade directa sobre os rendimentos (supressão das deduções fiscais, criação de novos escalões de impostos e aumento das taxas sobre os rendimentos).
- Acabar com as isenções de que beneficiam as empresas que não tenham um efeito relevante sobre o emprego.



## 7. É preciso assegurar a estabilidade dos mercados financeiros para poder financiar a dívida pública

Nos últimos 30 anos, favoráveis à liberalização total da circulação de capitais, o sector financeiro aumentou consideravelmente a sua influência sobre a economia. As grandes empresas recorrem cada vez menos ao crédito bancário e cada vez mais aos mercados financeiros. Do mesmo modo, as famílias vêem uma parte cada vez maior das suas poupanças ser drenada para o mercado financeiro (como no caso das pensões), através dos diversos produtos de investimento e, inclusivamente, em alguns países, através do financiamento da habitação (por crédito hipotecário). Os gestores de carteiras que tentam diversificar os riscos procuram títulos públicos como complemento aos títulos privados. E encontram-nos facilmente nos mercados, em virtude de os governos terem levado a cabo políticas similares que conduziram a um relançamento dos défices: taxas de juro elevadas; descida dos impostos sobre os altos rendimentos; incentivo em massa à poupança financeira das famílias, para favorecer a capitalização através da poupança-reforma, etc.

Ao nível europeu, a financeirização da dívida pública encontra-se inscrita nos tratados: **com Maastricht, os bancos centrais ficaram proibidos de financiar directamente os Estados, que devem encontrar quem lhes conceda empréstimos nos mercados financeiros.**

Esta “repressão monetária” acompanha a “liberalização financeira” e gera exactamente o contrário das políticas adoptadas após a grave crise da década de 30: “repressão financeira” (drásticas restrições à liberdade de movimento dos capitais) e “liberalização monetária” (com o fim do regime do padrão-ouro). Trata-se de submeter os Estados, que se supõe serem despesistas por natureza, à disciplina dos mercados financeiros, que se supõe serem, por natureza, eficientes e omniscientes.

Como resultado desta escolha doutrinária, o BCE não tem legitimidade para subscrever directamente a emissão de obrigações públicas dos Estados. **Privados da garantia de se poderem financiar junto do BCE, os países do sul tornaram-se presas fáceis dos ataques especulativos.** De facto, ainda que em nome de uma ortodoxia sem fissuras, o BCE – que sempre se recusou a fazê-lo – teve de comprar, de há alguns meses a esta parte, obrigações de Estado à taxa de juro do mercado, de modo a acalmar as tensões nos mercados de obrigações europeus. Mas nada nos diz que isso seja suficiente, caso a crise da dívida se agrave e as taxas de juro de mercado disparem. Poderá, então, ser difícil manter esta ortodoxia monetária, que carece, manifestamente, de fundamentos científicos sérios.

Para resolver o problema da dívida pública, colocamos em debate duas medidas:

- Autorizar o BCE a financiar directamente os Estados (ou a impor aos bancos comerciais a subscrição de obrigações públicas emitidas), a um juro reduzido, aliviando o cerco que lhes é imposto pelos mercados financeiros.
- Caso seja necessário, reestruturar a dívida pública – limitando, por exemplo, o seu peso a determinado valor percentual do PIB – e estabelecendo uma discriminação entre os credores segundo o volume de títulos que possuam: os grandes rentistas (particulares ou instituições) deverão aceitar uma extensão da maturidade da dívida, incluindo anulações parciais ou totais. É igualmente necessário voltar a negociar as exorbitantes taxas de juro dos títulos emitidos pelos países que entraram em dificuldades na sequência da crise.



## 8. União Europeia defende o modelo social europeu

A construção europeia constitui uma experiência ambígua. Nela coexistem duas visões de Europa que não ousam enfrentar-se abertamente. Para os social-democratas, a Europa deveria dedicar-se a promover o modelo social europeu (MSE), fruto do compromisso obtido após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos princípios que o mesmo consubstancia: protecção social, serviços públicos e políticas industriais. A Europa deveria, nesses termos, ter erguido uma muralha defensiva perante a globalização liberal, uma forma de proteger, manter vivo e fazer progredir o MSE. Deveria ter defendido uma visão específica sobre a organização da economia mundial e a regulação da globalização através de organizações de governação mundial. Como deveria ter permitido aos países-membros manter um elevado nível de despesas públicas e de redistribuição, protegendo a sua capacidade de as financiar através da harmonização da fiscalidade sobre as pessoas, as empresas e os rendimentos do capital. A Europa, contudo, não quis assumir a sua especificidade. A visão dominante, em Bruxelas e no seio da maioria dos governos nacionais, é hoje, pelo contrário, a de uma Europa liberal, cujo objectivo está centrado em adaptar as sociedades europeias às exigências da globalização: a construção europeia constitui, nestes termos, a oportunidade de colocar em causa o MSE e de desregular a economia. A prevalência do direito da concorrência sobre as regulamentações nacionais e sobre os direitos sociais no Mercado Único permitiu introduzir mais concorrência nos mercados de bens e de serviços, diminuir a importância dos serviços públicos e apostar na concorrência entre os trabalhadores europeus. A concorrência social e fiscal permitiu, por sua vez, reduzir os impostos – sobretudo os que incidem sobre os rendimentos do capital e das empresas (as “bases móveis”) – e exercer pressão sobre as despesas sociais.

Os tratados garantem quatro liberdades fundamentais: a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. Mas **longe de se restringir ao mercado interno, a liberdade de circulação de capitais foi alargada aos investidores do mundo inteiro, submetendo o tecido produtivo europeu aos constrangimentos e imperativos da valorização**

**dos capitais internacionais. A construção europeia configura-se, deste modo, como uma forma de impor aos povos as reformas neoliberais.**

A organização da política macroeconómica – independência do BCE face às estruturas de decisão política, Pacto de Estabilidade – encontra-se marcada pela desconfiança relativamente aos governos democraticamente eleitos. Pretende privar completamente os países da sua autonomia, tanto em matéria de política monetária como de política orçamental. O equilíbrio orçamental deve ser forçosamente atingido, banindo-se qualquer política deliberada de relançamento económico, pelo que apenas se pode participar no jogo da “estabilização automática”. Ao nível da Zona Euro, não se admite nem se concebe nenhuma política conjuntural comum, como não se define qualquer objectivo comum em termos de crescimento ou de emprego. As diferenças quanto à situação em que se encontra cada país não são tidas em conta, pois o Pacto de Estabilidade não se comove com as taxas de inflação nem com os défices nacionais externos; os objectivos fixados para as finanças públicas não contemplam a especificidade da situação económica de cada país-membro. [...]

Para que a Europa possa promover verdadeiramente o MSE, colocamos em debate duas medidas:

- Pôr em causa a livre circulação de capitais e de mercadorias entre a União Europeia e o resto do mundo, renegociando, se necessário, os acordos multilaterais ou bilaterais actualmente em vigor.
- Substituir a política da concorrência pela “harmonização e prosperidade”, enquanto fio condutor da construção europeia, estabelecendo objectivos comuns vinculativos, tanto em matéria de progresso social como em matéria de políticas macroeconómicas (através de Grandes Orientações de Política Social).



## 9. O euro é um escudo de protecção contra a crise

O euro deveria ter funcionado como um factor de protecção contra a crise financeira mundial, uma vez que a supressão da incerteza quanto às taxas de câmbio entre as moedas europeias eliminou um factor relevante de instabilidade. Mas não é isso que tem sucedido: a Europa é afectada pela crise de uma forma mais dura e prolongada do que o resto do mundo, por factores que radicam nas opções tomadas no processo de unificação monetária.

Após 1999, a Zona Euro revelou um crescimento económico relativamente medíocre e um aumento das divergências entre os Estados-membros em termos de crescimento, inflação, desemprego e desequilíbrios externos. O quadro de política económica, que tende a impor políticas macroeconómicas semelhantes a países com situações muito distintas, ampliou as disparidades de crescimento entre os Estados-membros. Na generalidade dos países, sobretudo nos maiores, a introdução do euro não suscitou a prometida aceleração do crescimento. Para outros, o euro trouxe crescimento, mas à custa de desequilíbrios dificilmente sustentáveis. A rigidez monetária e orçamental, reforçada pelo euro, concentrou todo o peso do ajustamento no trabalho, promovendo a flexibilidade e a austeridade salariais, reduzindo a componente dos salários no rendimento total e aumentando as desigualdades.

Esta trajectória de degradação social foi ganha pela Alemanha, que conseguiu gerar importantes excedentes comerciais à custa dos seus vizinhos e, sobretudo, dos seus próprios assalariados, impondo uma descida dos custos do trabalho e das prestações sociais que lhe conferiu uma vantagem comercial face aos outros Estados-membros, incapazes de tratar de forma igualmente violenta os seus trabalhadores. Os excedentes comerciais alemães limitaram, portanto, o crescimento de outros países. Os défices orçamentais e comerciais de uns não são senão a contrapartida dos excedentes de outros...

O que significa que os Estados-membros não foram capazes de definir uma estratégia coordenada. A Zona Euro deveria, de facto, ter sido menos afectada pela crise financeira do que os Estados Unidos e o Reino Unido, pois as famílias da Zona Euro estão nitidamente menos dependentes dos mercados financeiros, que são menos sofisticados. Por outro lado, as finanças públicas encontravam-se em melhor situação; o défice público do conjunto dos países da zona era de 0,6% do PIB em 2007, contra os quase 3% dos EUA, do Reino Unido ou do Japão. Mas a Zona Euro padecia já de um agravamento profundo dos desequilíbrios: os países do Norte (Alemanha, Áustria, Holanda, países escandinavos) comprimiam a massa salarial e a procura interna, acumulando excedentes externos, ao passo que os países do Sul e periféricos (Espanha, Grécia, Irlanda) revelavam um crescimento vigoroso, impulsionado pelas baixas taxas de juro (relativamente à taxa de crescimento), acumulando, todavia, défices externos.

A crise financeira começou, de facto, nos Estados Unidos, que trataram imediatamente de accionar uma política efectiva de relançamento orçamental e monetário, dando início a um movimento de restauração da regulação financeira. A Europa, pelo contrário, não soube empenhar-se numa política suficientemente reactiva. [...] Simultaneamente, a Comissão Europeia continuou a aprovar procedimentos contra os países em défice excessivo, a ponto de, em meados de 2010, praticamente todos os Estados-membros da Zona Euro estarem sujeitos a esses procedimentos. A Comissão obrigou-os, então, a regressarem, até 2013 e 2014, a valores percentuais de défice inferiores a 3%, independentemente da evolução económica que pudesse verificar-se. **As instâncias europeias continuaram, portanto, a exigir políticas salariais restritivas e a regressão sistemática dos sistemas públicos de reforma e de saúde, com o risco evidente de mergulhar o continente na depressão e de suscitar tensões entre os diferentes países.** Esta ausência de coordenação e, fundamentalmente, de um verdadeiro Orçamento Europeu, capazes de suportar uma solidariedade efectiva entre os Estados-membros, incitaram os agentes financeiros a afastarem-se do euro, preferindo especular abertamente contra ele.

Para que o euro possa proteger realmente os cidadãos europeus da crise, colocamos em debate três medidas:

- Assegurar uma verdadeira coordenação das políticas macroeconómicas e uma redução concertada dos desequilíbrios comerciais entre os países europeus.
- Compensar os desequilíbrios da balança de pagamentos na Europa através de um Banco de Pagamentos (que organize os empréstimos entre países europeus).
- Se a crise do euro conduzir à sua desintegração, e enquanto se aguarda pelo surgimento de um Orçamento Europeu, instituir um regime monetário intra-europeu (com moeda comum do tipo “bancor”) que seja capaz de reorganizar a absorção dos desequilíbrios entre balanças comerciais no seio da Europa.

## 10. Crise grega permitiu avançar para um governo económico e uma verdadeira solidariedade europeia

Globalmente, a forte subida das dívidas e dos défices públicos à escala mundial não provocou uma subida das taxas de juro de longo prazo: os operadores financeiros estimam que os bancos centrais manterão, por muito tempo, as taxas de juro reais a um nível próximo do zero e que não existe um risco de inflação nem de incumprimento de pagamento por parte de um grande país. Mas os especuladores aperceberam-se das falhas de organização da Zona Euro. Enquanto os governantes de outros países desenvolvidos podem sempre financiar-se junto do seu Banco Central, os países da Zona Euro renunciaram a essa possibilidade, passando a depender totalmente dos mercados para financiar os seus défices. Num só golpe, a especulação abateu-se sobre os países mais frágeis: Grécia, Espanha, Irlanda. As instâncias europeias e os governos demoraram a reagir, não querendo dar a ideia de que os países-membros tinham direito a dispor de um apoio ilimitado dos seus parceiros e pretendendo, ao mesmo tempo, sancionar a Grécia, culpada por ter mascarado a amplitude dos seus défices (com a ajuda da Goldman Sachs). Porém, em Maio de 2010, o BCE e os países-membros foram forçados a criar com urgência um Fundo de Estabilização capaz de indicar aos mercados que seria dado um apoio sem limites aos países ameaçados. Em contrapartida, estes deveriam anunciar programas de austeridade orçamental sem precedentes, que os condenam a um recuo da actividade económica no curto prazo e a um longo período de recessão. Sob pressão do FMI e da Comissão Europeia, a Grécia é forçada a privatizar os seus serviços públicos e a Espanha obrigada a flexibilizar o seu mercado de trabalho. E mesmo a França e a Alemanha, que não são vítimas do ataque especulativo, anunciaram medidas restritivas. Contudo, globalmente, a oferta não é de nenhum modo excessiva na Europa. A situação das finanças públicas é melhor do que a dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha, deixando margens de manobra orçamental. É por isso necessário reabsorver os desequilíbrios de forma coordenada: os países excedentários do Norte e do Centro da Europa devem encetar políticas expansionistas (com o aumento dos salários e das prestações sociais), tendo em vista compensar as políticas restritivas dos países do Sul. Globalmente, a política orçamental não deve ser restritiva na Zona Euro.

Mas, infelizmente, os defensores das políticas orçamentais automáticas e restritivas encontram-se hoje em posição reforçada na Europa. Aqueles que aceitaram apoiar financeiramente os países do Sul querem impor, em contrapartida, um endurecimento do Pacto de Estabilidade. [...] **Se existe algum avanço em matéria de governo económico europeu, é um avanço em direcção a um governo que, em vez de libertar o garrote das finanças, pretende impor a austeridade e aprofundar as “reformas” estruturais, em detrimento das solidariedades sociais em cada país e entre os diversos países.**

**A crise oferece de mão beijada, às elites financeiras e aos tecnocratas europeus, a tentação de pôr em prática a “estratégia do choque”, tirando proveito da crise para radicalizar a agenda neoliberal. [...]**

Para avançar no sentido de um verdadeiro governo económico europeu e de uma verdadeira solidariedade europeia, propomos duas medidas:

- Desenvolver uma verdadeira fiscalidade europeia (taxa de carbono, imposto sobre os lucros, etc.) e um verdadeiro Orçamento Europeu que favoreçam a convergência das economias para uma maior equidade nas condições de acesso aos serviços públicos e aos serviços sociais nos diferentes Estados-membros, com base nas melhores experiências e modelos.
- Lançar um vasto plano europeu, financiado por subscrição pública a taxas de juro reduzidas, mas com garantia, e/ou através da emissão monetária do BCE, tendo em vista encetar a reconversão ecológica da economia europeia.





## Debater a política económica, traçar caminhos para refundar a União Europeia

A Europa foi construída, durante três décadas, a partir de uma base tecnocrática que excluiu as populações do debate de política económica. A doutrina neoliberal, que assenta na hipótese, hoje indefensável, da eficiência dos mercados financeiros, deve ser abandonada. É necessário abrir o espaço das políticas possíveis e colocar em debate propostas alternativas e coerentes, capazes de limitar o poder financeiro e preparar a harmonização, no quadro do progresso dos sistemas económicos e sociais europeus. O que supõe a partilha mútua de importantes recursos orçamentais, obtidos através do desenvolvimento de uma fiscalidade europeia fortemente redistributiva. Tal como é necessário libertar os Estados do cerco dos mercados financeiros.

[...] Não é, evidentemente, realista supor que os 27 países europeus decidam, ao mesmo tempo, encetar uma tamanha ruptura face ao método e aos objectivos da construção europeia. A Comunidade Económica Europeia começou com seis países: do mesmo modo, a refundação da União Europeia passará inicialmente por um acordo entre alguns países que desejem explorar caminhos alternativos. À medida que se tornem evidentes as consequências desastrosas das políticas actualmente adoptadas, o debate sobre as alternativas crescerá por toda a Europa. As lutas sociais e as mudanças políticas surgirão a ritmos diferentes, consoante os países. Os governos nacionais tomarão decisões inovadoras. Os que o desejem deverão adoptar formas de cooperação reforçadas para tomar medidas audazes em matéria de regulação financeira, de política fiscal e de política social. É por isso que nos parece importante esboçar e debater as grandes linhas das políticas económicas alternativas, que tornarão possível esta refundação da construção europeia.

### Nota

Texto editado pela SPN-INFORMAÇÃO, a partir de uma versão de Nuno Serra (tradução) e João Rodrigues (revisão). O texto integral está acessível nos complementos on line desta edição ([www.spn.pt](http://www.spn.pt)); a versão original encontra-se em [www.atterres.org](http://www.atterres.org)





Como povo, temos uma longa história que nos orgulha e muitos exemplos positivos de como se dá a volta a situações difíceis. E sabemos que em última instância são sempre a voz e a acção do povo a determinar o caminho.

Portugal tem de agir como membro da União Europeia, defendendo os seus interesses e cumprindo as suas obrigações. Mas é indispensável tomarmos plena consciência de que o projecto europeu para o qual fomos mobilizados está em degradação e possível desagregação – foram alienando e cilindrando elementos fundadores do pacto que o sustentava; a solidariedade tornou-se palavra vã; a harmonização social no progresso está absolutamente subvertida; os mais poderosos impõem políticas colonialistas aos países mais frágeis.

O Presidente da República e a *troika* nacional (PS-PSD-CDS) pretendem convencer-nos de que todos somos responsáveis pela crise. O que temos de lhes perguntar, exigindo respostas claras, é: quem se apoderou do que era do colectivo e quem tem vivido e vive com mais do que lhe pertence?

Os que efectivamente vivem com mais do que deviam viver são os grandes accionistas dos sectores financeiro e económico e os seus executivos, que exigem sacrifícios a todos, mas que nunca os fizeram e continuam cavalgando a crise.

Uma crise que tem causas e responsáveis. Foram as políticas dos sucessivos governos do PSD, CDS e PS, bem como as práticas e negócios dos detentores do poder económico e financeiro, que, em nome de uma falsa modernização, desindustrializaram o país, fragilizaram ou não desenvolveram a agricultura e as pescas, fizeram uma utilização mais do que duvidosa dos fundos comunitários, criaram uma teia de parcerias público-privadas e negócios escandalosos de fornecimento de serviços ao Estado, de gestão de concursos, de derrapagem dos orçamentos das obras públicas, que sugam os recursos ao Estado.

Ao mesmo tempo fizeram proliferar a economia clandestina, a fraude e a evasão fiscais, o compadrio e a corrupção e fragilizaram perigosamente a justiça. Foram eles que incentivaram a precariedade, que cavaram desigualdades, que criaram a ideia de que consumo sem controle é sinónimo de modernidade.

*Texto adaptado da intervenção do secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, nas comemorações do 1º de Maio, em Lisboa*

Quando hoje nos dizem que não há alternativas a mais sacrifícios, é preciso dizer-lhes frontalmente que nada obrigava a que o caminho tivesse que ser este e que é possível mudar de rumo.

As eleições de 5 de Junho não podem transformar-se num mero plebiscito para escolher quem vai executar políticas previamente definidas. É tempo de participar e de votar para mudar. Não podemos deixar aos outros o poder de decidirem por nós.



ctt correios

**TAXA PAGA**  
PORTUGAL  
CONTRIBUTO 119214

**PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS**

AUTORIZADO A CIRCULAR  
EM INVÓLUCRO FECHADO  
DE PLÁSTICO  
DE 01662011GR  
PODE ABRIR-SE PARA  
VERIFICAÇÃO POSTAL

**spn**  
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXVI · II Série · N.º 46

Maio 2011 · 2 euros

spninfo@spn.pt

**26 MAIO**

# ELEIÇÃO CORPOS GERENTES

**TRIÉNIO 2011-2014**

**SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE**

**Participa! Decide! Vota!**

*Presencialmente ou por correspondência*

Sindicato dos Professores do Norte  
R. D. Manuel II, 51 C – 3º - 4050-345 Porto

**SPN: uma força que conta!**